

APOSTILA PM - GO – SOLDADO 2ª CLASSE POLÍCIA MILITAR – COMBATENTE

Por meio desta errata, de acordo com o primeiro e o segundo Termos de Retificação do Edital de Abertura do Concurso Público nº 002/2022, publicados pelo Secretário de Estado da Administração de Goiás – SEAD, em 29 de abril de 2022 e 12 de maio de 2022, respectivamente, acerca do edital de Abertura de Inscrições nº 02/2022, publicado em 08 de abril de 2022, corrigem-se as matérias a seguir:

ERRATA

| Noções de Direito Processual Penal | Onde se lê | Página | Leia-se | Página |
|------------------------------------|--|------------|--|------------|
| | 1. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. | | 1. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. | |
| | 1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. | | 1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. | |
| | 2. Inquérito policial. | | 2. Inquérito policial. | |
| | 3. Ação penal. | | 3. Ação penal. | |
| | 4. Prisão e liberdade provisória. | 286 | 4. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. | 286 |
| | 4.1. Lei federal nº 7.960/1989 (prisão temporária). | | 4.1. Lei federal nº 7.960/1989 (prisão temporária). | |
| | 5. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. | | 5. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. | |
| | 6. O habeas corpus e seu processo. | | 6. O habeas corpus e seu processo. | |
| | 7. Jurisdição e competência. | | 7. Jurisdição e competência. | |

| | | | | |
|---|--|---------------|--|---------------|
| | - | - | 8. Das questões e processos incidentes. | 298 |
| | - | - | 9. Da prova. | 300 |
| | - | - | 10. Do processo comum. | 304 |
| | - | - | 11. Das nulidades e dos recursos. | 323 |
| Noções de Direito Administrativo | Onde se lê | Página | Leia-se | Página |
| | 1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. | | 1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. | |
| | 2. Organização administrativa do Estado; administração direta e indireta. | | 2. Organização administrativa do Estado; administração direta e indireta. | |
| | 3. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. | | 3. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. | |
| | 4. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. | | 4. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. | |

| | | | | |
|------------------------------|---|---------------|---|---------------|
| | 5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 6. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. | | 5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 6. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. | |
| | 7. Lei federal nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa). | | 7. Lei federal nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa). | |
| | - | - | 8. Leis de licitação 8.666/93 e 14.133/2021. | 391 |
| | - | - | 9. Lei Estadual nº 13.800 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás). | 440 |
| Direito Penal Militar | Onde se lê | Página | Leia-se | Página |
| | 1. Decreto-Lei 1.001/69. | | 1. Decreto-Lei 1.001/69. | |
| | 1.1. Aplicação da lei penal militar. | | 1.1. Aplicação da lei penal militar. | |
| | 1.2. Do Crime. | | 1.2. Do Crime. | |
| | 1.3. Da Imputabilidade Penal. | | 1.3. Da Imputabilidade Penal. | |
| | 1.4. Concurso de agentes. | | 1.4. Concurso de agentes. | |
| | 1.5. Das penas principais . | 466 | 1.5. Das penas. | 466 |

| | | | | |
|---|--|---------------|--|---------------|
| | 1.6. Das Penas acessórias. | | 1.6. Das Penas acessórias. | |
| | 1.7. Efeitos da condenação. | | 1.7. Efeitos da condenação. | |
| | 1.8. Ação penal. | | 1.8. Ação penal. | |
| | 1.9. Extinção da punibilidade. | | 1.9. Extinção da punibilidade. | |
| | 1.10. Dos crimes militares em tempo de paz. | | 1.10. Dos crimes militares em tempo de paz (arts. 136 ao 354). | 472 |
| | 1.11. Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar. | 476 | 1.11. Dos crimes militares em tempo de guerra (arts. 355 ao 408). | 532 |
| | 1.12. Dos crimes contra o serviço e o dever militar. | 479 | - | - |
| | 1.13. Dos crimes contra a Administração Militar. | 480 | - | - |
| Direito Processual Penal Militar | Onde se lê | Página | Leia-se | Página |
| | Decreto-Lei 1002/69. | | Decreto-Lei 1002/69. | |
| | Da Lei processual penal militar e sua aplicação. | | Da Lei processual penal militar e sua aplicação. | |
| | Da polícia judiciária militar. | | Da polícia judiciária militar. | |
| | Da ação penal militar. | | Da ação penal militar. | |
| | Do juiz, auxiliares e partes no processo. | | Do juiz, auxiliares e partes no processo. | |
| | Da denúncia. | | Da denúncia. | |
| | Do foro militar. | | Do foro militar. | |

| | | | | |
|--|--|---------------|--|---------------|
| | Da competência. | 499 | Da competência, desaforamento e dos conflitos de competência. | 551 |
| | Das questões prejudiciais. | | Das questões prejudiciais. | |
| | Dos incidentes. | | Dos incidentes. | |
| | Das medidas assecuratórias. | 512 | Das medidas preventivas e assecuratórias. | 564 |
| | Das comunicações processuais. | | Das comunicações processuais. | |
| | Das provas. | | Das provas. | |
| | Dos processos. | | Dos processos. | |
| | Das nulidades e dos recursos. | | Das nulidades e dos recursos. | |
| | Da execução. | | Da execução. | |
| | Da justiça militar em tempo de Guerra. | | Da justiça militar em tempo de Guerra. | |
| | - | - | Do inquérito policial militar | 625 |
| Noções de Legislação Extravagante | Onde se lê | Página | Leia-se | Página |
| | 1. Tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/2006). | | 1. Tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/2006). | |
| | 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990). | | 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990). | |
| | 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989). | | 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989). | |
| | 4. Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). | | 4. Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). | |

| | | | | |
|--|---|------------|---|---|
| | 5. Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997). | | 5. Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997). | |
| | 6. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). | | 6. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). | |
| | 7. Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003). | | 7. Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003). | |
| | 8. Crimes previstos no Código de proteção e defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990). | | 8. Crimes previstos no Código de proteção e defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990). | |
| | 9. Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). | | 9. Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). | |
| | 10. Juizados especiais (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001). | | 10. Juizados especiais (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001). | |
| | 11. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997). | | 11. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997). | |
| | 12. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996). | | 12. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996). | |
| | 13. Lei nº 12.850/2013. | | 13. Lei nº 12.850/2013. | |
| | 14. Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) | 157 | - | - |